

-----**Ata número três de dois mil e vinte e cinco**-----

Ao décimo sexto dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Ordinária, no Auditório Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Período antes da ordem do dia: -----
2. Período ordem do dia:-----
 - a) Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes (alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro);-----
 - b) Contratos de Aquisição de Bens e Serviços com Encargos Plurianuais, autorizados pela Assembleia Municipal em 12 de dezembro de 2024, nos termos do n.º 1 artigo 22.º, das Normas de Execução Orçamental, que fazem parte integrante das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2025 – Tomar Conhecimento;-----
 - c) Prestação de Contas Consolidada do Exercício Económico de 2024 – Proposta de Apreciação e Votação;-----
 - d) 4ª Alteração Orçamental Modificativa às Grandes Opções do Planos e Orçamento para 2025 – Proposta de Aprovação;-----
 - e) Encargos Plurianuais decorrentes das ações de execução de empreitadas, fornecimentos e serviços das intervenções do QPI-ITI – Norte2030 – Proposta de Aprovação;-----
3. Período aberto ao público.-----

Presentes os senhores, Carlos Manuel Pombo Soares Silva, Presidente da Assembleia Municipal, que, nesta qualidade, abriu a sessão às vinte e uma horas e cinco minutos, primeira secretária, Ana Cristina Alves Rodrigues da Costa, segundo secretário Luís Miguel Silva Marques, Pedro Miguel Alves Poças, Marco António Gonçalves Teixeira, José Eduardo Branco dos Santos, Vítor Miguel Barros da Fonseca, José Ângelo Pinto Vieira, Carlos Alexandre Dias Pereira, Andreia Sofia Santos Mota (em substituição do membro Joana Monteiro Pires de Lima), Jorge Filipe Portela e Francisco Guedes Moreira (PS), Anabela Valério Marrafa de Macedo, Vítor Manuel Vieira de Oliveira, Carlos Alberto Esteves Miranda e Hugo Sérgio da Silva Marques de Sousa (MMMMF), Igor Marcos Farinha Miranda Ferreira, (em substituição do membro Carlos Eduardo Almeida de Abreu Amorim) e Maria Teresa Freitas Alves Lúcio, (PPD/PSD).-----

Presentes os senhores, Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva, Presidente da Câmara Municipal, Manuel Fernando Mesquita Correia e Justina Alexandra de Sousa Teixeira, vereadores do (PS) Mário Luís Mendes de Sousa Pinto e Diogo Miguel Figueiredo Rocha, vereadores do (MMMMF).-----

FALTAS: Joana Monteiro Pires de Lima (PS), Carlos Eduardo Almeida de Abreu Amorim (PPD/PSD) e Custódio Pereira Pinto (MMMMF).-----

1 – Iniciada a sessão o senhor Presidente da Assembleia Municipal, cumprimentando os presentes submeteu à votação a ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade dos membros que marcaram presença na mesma.-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Manuel Pombo Soares Silva, abriu o período antes da ordem do dia, questionando quem pretendia usar da palavra. -----

Pediu a palavra o membro Pedro Poças (PS) que, após cumprimentar todos os presentes, abordou parte de uma notícia publicada ao dia de hoje, no Jornal Negócios, que referia o seguinte: “Ministério da Agricultura afirma estar "impedido de tomar qualquer medida adicional para minimizar" o impacto do corte de encomendas de uvas, mas a avaliar formas de "atuar de forma estrutural."”. Uma vez que é uma preocupação atual e que engloba o município, questionou se o Presidente da Câmara se já tinha tomado conhecimento desta notícia, se sim qual a posição que o executivo está a tomar e se estão a ser tomadas medidas para compensar esta falta de apoio.-----

Em resposta, o senhor Presidente da Câmara, Paulo Silva, referiu que ainda não tinha conhecimento das consequências desta notícia no entanto, atenta a respetiva matéria, solicitou permissão ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, para que a senhora Vereadora Justina Teixeira prestasse os devidos esclarecimentos, uma vez que a mesma faz parte da Direção da Casa do Douro e conhece bem esta temática. O senhor Presidente da Assembleia referiu que, nos termos do Regimento, os vereadores podem intervir nas discussões com a anuência do Presidente da Câmara Municipal, pelo que deferia o pedido. Assim, a senhora Vereadora Justina Teixeira, no uso da palavra, e após cumprimentar todos os presentes, lamentou o teor da notícia, uma vez que que apanhou todos de surpresa e deu conta que a Casa do Douro tem vindo a trabalhar em propostas de emergências, que podiam ser tomadas de imediato pelo governo e que existia um compromisso com o atual Ministro para avançar com essas medidas, medidas essas que, aparentemente, que caíram por terra. Em suma, lamentou a falta de repostas que a Casa do Douro tem vindo a reclamar, e lamentou ainda mais o teor e a forma como foi dada a conhecer a notícia, que gerou um sentimento de impotência.-----

2- Período ordem do dia. -----

Na alínea a) “Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes (alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro);” O senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Silva, iniciou uma breve exposição sobre o documento em apreciação, sendo que o documento foi disponibilizado a todos os membros, contendo a informação sobre a situação financeira do Município e processos judiciais pendentes, que se mantêm desde a última sessão. Relativamente à atividade da Câmara, deu ênfase à visita efetuada às igrejas do concelho (analisando o ponto de situação, relativa à sua recuperação); deu conta, que a concessão do bar da Zona do Cais fluvial da Rede – Vila Marim, já se encontra concluída. A nível de obras, foi concluído o muro de contenção de águas, também na Zona do Cais fluvial da Rede – Vila Marim, de seguida irá ser efetuado o aterro e preparação para a instalação, dos assadores, mesas, bancos e eletricidade. O Executivo tem reunido com a APDL de forma a ultimar estas questões.-----

Não havendo mais ninguém inscrito para intervir, foi tomado conhecimento.-----

Na alínea b) “Contratos de Aquisição de Bens e Serviços com Encargos Plurianuais, autorizados pela Assembleia Municipal em 12 de dezembro de 2024, nos termos do n.º 1 artigo 22.º, das Normas de Execução Orçamental, que fazem parte integrante das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2025 – Tomar Conhecimento;”. O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que o documento tinha sido disponibilizado a todos os membros e que se encontravam abertas as inscrições para intervirem na

apreciação e discussão do ponto em apreço. Não havendo ninguém inscrito para intervir, foi tomado conhecimento.-----

Na alínea c) “Prestação de Contas Consolidada do Exercício Económico de 2024 – Proposta de Apreciação e Votação;”. O senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Silva, iniciou uma breve exposição sobre o documento em análise, colocando-se à disposição para esclarecimento do mesmo. Não havendo ninguém inscrito para intervir, posto à votação o documento em apreço, foi aprovado por maioria com treze votos a favor dos membros do PS, e seis abstenções dos membros do MMMF e PPD/PSD.-----

Na alínea d) “4ª Alteração Orçamental Modificativa às Grandes Opções do Planos e Orçamento para 2025 – Proposta de Aprovação;”. O senhor Presidente da Câmara Municipal, justificou que este assunto se prende com duas alterações, uma referente à estratégia local de habitação, uma vez que se verificou a existência de 4 casas degradadas a necessitar de intervenção urgente, criando assim rubricas para a possibilidade de apoios. E uma segunda alteração relativa a Projetos decorrentes da revisão do QPI-IT – Aviso Norte 2030-2024-36.-----

Não havendo ninguém inscrito para intervir, foi posto à votação a 4ª Alteração Orçamental Modificativa às Grandes Opções do Planos e Orçamento para 2025, tendo sido aprovada por maioria com treze votos a favor dos membros do PS, e seis abstenções dos membros do MMMF e PPD/PSD.-----

Na alínea e) “Encargos Plurianuais decorrentes das ações de execução de empreitadas, fornecimentos e serviços das intervenções do QPI-ITI – Norte2030 – Proposta de Aprovação;”. O documento foi atempadamente distribuído a todos os membros, não havendo ninguém inscrito para intervir, foi aprovado por maioria com treze votos a favor dos membros do PS, e seis abstenções dos membros do MMMF e PPD/PSD.-----

3 – Período aberto ao Público, não foram registados pedidos de intervenção.-----

Nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada por unanimidade a minuta da ata, sendo, de seguida, encerrada a sessão, pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos do dia 16 de abril de 2025.-----

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

(Carlos Manuel Pombo Soares Silva)

A Primeira Secretária da Assembleia Municipal

(Ana Cristina Alves Rodrigues da Costa)

O Segundo Secretário da Assembleia Municipal

(Luís Miguel Silva Marques)